TRANSPORTE, exercício financeiro de 2004.

Responsável: Sr. PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO – Secretário à época.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso II da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas, na importância de R\$ 248.674.043,67 (duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quarenta e três reais e sessenta e sete centavos).

ACÓRDÃO Nº 47.322

Assunto: Prestações de Contas

PROCESSO nº.2008/50521-1 – INSTITUTO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, EDUCAÇÃO, CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL ZITA CUNHA, referente ao Convênio nº.033/2007, firmado com a ALEPA, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), de responsabilidade da Sra. MARIA DE NAZARÉ MONTEIRO PEREIRA, Presidente; e

Processo nº. 2008/52619-7 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ, referente ao Convênio nº.099/2008, firmado com a SECULT, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de responsabilidade do Sr. WALMIR DE ARAÚJO ALVES, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 39 da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas.

ACÓRDÃO Nº 47.323

Processo nº 2010/50208-9

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 271/2008 e Termo Aditivo firmados com o Centro Comunitário “Dra. Maria Ester Moura Oliveira” e ASIPAG.

Responsável: Sr. MARIA IRISMAR DA SILVA FERREIRA – Presidente

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12 de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com isenção de multa regimental, em face da aplicação do prejudicado nº. 14 e dar quitação a responsável.

ACÓRDÃO Nº. 47.324

Processo nº. 2008/53922-4

Assunto: Recurso de Reconsideração

Recorrente: Sr. GILBERTO MARQUES DE SOUZA, Presidente da ASSOCIAÇÃO AMAZÔNICA EVANGÉLICA

RECORRIDO: ACÓRDÃO Nº. 44.000 DE 07.10.2008

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 53, inciso I c/c os arts 38, I e 39 da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, conhecer o recurso em apreço, dando-lhe provimento integral, para julgar regulares as contas quitando-se o responsável.

ACÓRDÃO Nº. 47.325

Processo nº. 2009/52767-2

Assunto: Denúncia formalizada pela EMPRESA TRADE WAY BRASIL acerca de supostas ilegalidades no Pregão Eletrônico nº 013/2009-SEFA.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 26, inciso XI, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, com nova redação dada pela Lei Complementar nº. 20, de 18 de fevereiro de 1994, julgar improcedente a presente denúncia com consequente arquivamento do processo.

ACÓRDÃO Nº 47.326

Processo nº 1999/53286-0

Assunto: Prestação de contas referente ao convênio nº.

227/98 e termos aditivos, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ e a SEPLAN.

Responsável: Espólio do Sr. GERALDO MENDES DE CASTRO VELOSO – prefeito à época.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alínea “a”, e 39 da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), sem devolução de valores.

ACÓRDÃO Nº. 47.327

Processo nº. 2001/50198-1

Assunto: Prestação de Contas da SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ referente ao Exercício Financeiro de 2000.

Responsáveis: Sras. ROSINELI GUERREIRO SALAME, período de 01-01 a 30-05-2000, e MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS, período de 31-05 a 31-12-2000 – Secretárias à época.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I, da Lei Complementar nº 12 de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 413.452.617,98 (quatrocentos e treze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e dezessete reais e noventa e oito centavos) quitando aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº. 47.328

Processo nº. 2001/52004-6

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 078/2001 firmado entre a COLÔNIA DE PESCADORES Z-30 e a SAGRI

Responsável: Sr. ANTÔNIO RODRIGUES DIAS, Presidente

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, “a, b” c/c os arts. 41, 73 da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993:

I - Julgar irregulares as contas, e condenar o Sr. ANTÔNIO RODRIGUES DIAS, Presidente, C.P.F. nº. 085.728.361-87, ao pagamento da importância de R\$-8.596,09 (oito mil, quinhentos e noventa e seis reais e nove centavos), atualizada a partir de 11.04.2001 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II – Aplicar a multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo dano causado ao erário, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de trinta (30) dias da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa imputados, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.329

Processo nº. 2005/50611-6

Assunto: Prestação de Contas SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA referente ao Exercício Financeiro de 2004.

Responsável: Sr. FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO – Secretário à época.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas no valor de R\$ 965.252.324,94 (novecentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos).

ACÓRDÃO Nº. 47.330

Processo nº. 2005/51970-8

Assunto: Prestação de contas relativa ao convênio nº. 069/1998 e termos aditivos firmados entre a SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS e a SEDUC.

Responsáveis: Srs. PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO (Período de 17/9/1998 a 10/01/1999); ESPOLIO DE INÁCIO KOURY GABRIEL NETO (Período de 11/01/1999 a 28/5/2000); HAROLDO DA COSTA BEZERRA (29/5/2000 a 14/3/2001); CEZAR AUGUSTO BRASIL MEIRA (15/3/2001 a 4/4/2002); OLÍMPIO YUGO OHNISHI (5/4/2002 a 7/8/2002); JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO (08/8/2002 a 31/12/2002) e JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO (01/01/2003 a 01/3/2003).

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, incisos I e II, c/c art. 74, incisos II e VIII da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar regulares as contas de responsabilidade dos Srs. CEZAR AUGUSTO BRASIL MEIRA, OLÍMPIO YUGO OHNISHI e JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO, Secretários à época;

II – Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade dos Srs. PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO, HAROLDO DA COSTA BEZERRA, espólio de INACIO KOURY GABRIEL NETO e JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA; secretários à época;

III – Aplicar aos Srs. PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO, CPF nº. 013.211.292-20 e HAROLDO COSTA BEZERRA, CPF nº. 024.685.732-34, Secretários à época, a multa de R\$500,00 (quinhentos reais), respectivamente, pela infração à norma legal; e, IV – Aplicar ao Sr. JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO, Secretário à época, CPF nº. 136.063.282-49 a multa de R\$400,00 (quatrocentos reais), pela intempestividade na apresentação das contas.

Os valores referentes as multas aplicadas deverão ser recolhidos nos termos do disposto na Lei Estadual 7086/2008, c/c com os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/ TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 71 § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.331

Processo nº. 2006/51157-4

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 20/2003 e termos aditivos firmados entre a SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS e a SUSIPE

Responsáveis: Srs. JOAQUIM PASSARINHO DE SOUZA PORTO, OLÍMPIO YUGO OHNISHI e SAHID XERFAN, Secretários à época. **Relator vencido:** Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Formalizador do Acórdão: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES (§ 1º do Art. 195 do Regimento Interno)

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, vencido o voto do Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, “a, b” c/c os arts. 41, 73 e 74, incisos II, IV e VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993;

I - Julgar irregulares as contas, e condenar o Sr. OLÍMPIO YUGO OHNISHI, Secretário à época, C.P.F. nº. 045.456.482-15, ao pagamento da importância de R\$-1.348.944,48 (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), devidamente atualizada e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento e aplicar-lhe a multa de R\$-13.498,44 (treze mil quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), pelo dano causado ao erário;

II - Julgar irregulares as contas, e condenar o Sr. SAHID XERFAN, Secretário à época, C.P.F. nº. 003.710.252-49, ao pagamento da importância de R\$-1.764.263,68 (um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos), devidamente atualizada e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento e aplicar-lhe as multas de R\$-17.642,63 (dezessete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos), pelo dano causado ao erário e R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela intempestividade na apresentação das contas;